

"HOMENS DE FERRO, MULHERES DE PEDRA": fugas e formações de quilombos na fronteira entre as coroas portuguesa e espanhola (século XVIII-1809)

Bruno Pinheiro Rodrigues¹

Resumo

O presente estudo tem como proposta principal a análise das fugas perpetradas por cativos no oeste da América portuguesa e formação de quilombos, entre o século XVIII ao ano de 1809. Para tanto, teceremos reflexões acerca de regimentos, correspondências entre governadores e inquéritos produzidos na América portuguesa e espanhola, que informam a recorrência de fugas, travessias de fronteiras, estratégias quilombolas e tentativa de levante urbano. Tais eventos demonstram ao mesmo tempo a fragilidade da instituição escravista na área fronteiriça e a disposição constante de homens e mulheres pela busca da liberdade.

Palavras-chave: Escravidão; Fronteiras; Resistência; Fugas; Quilombos.

Abstract

This study had the main purpose of the analysis of escapes perpetrated by slaves at the west of Portuguese America and formation of quilombos, between the eighteenth century to the year 1809. For this, will weave reflections regiments, correspondence between governors and surveys produced in Portuguese and Spanish America, that inform the recurrence of escapes, border crossings, maroon strategies and attempt to urban uprising. Such events demonstrate the same time the fragility of slavery institution in the border area and the constant willingness of men and women the pursuit of freedom.

Key-words: Slavery; Borders; Resistance; Escapes; Quilombos.

Introdução

A instituição escravista na Capitania de Mato Grosso, fronteira entre a América portuguesa e espanhola, ao mesmo tempo em que apresentou características análogas a outras partes do Império lusitano, se mostrou singular e dinâmica. Tal peculiaridade tem sido crescentemente desvelada pelas recentes pesquisas que buscam tecer uma releitura das abordagens clássicas da historiografia local, bem como ampliar o leque de análise, trazendo à baila documentos primários produzidos na América espanhola durante o período colonial e, por vezes, fontes etnográficas e linguísticas ou dados provenientes da história da

¹ Doutor em história pela Universidade Federal de Mato Grosso, com estágio de doutoramento sanduíche na Universidade de Lisboa. E-mail: brunojihaad@yahoo.com.br.

Texto apresentado no IX Seminário de Ensino de História: ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas e II Encontro Estadual de Ensino de História, do Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Setembro de 2015.

África.² O estudo que se segue está inserido em parte desses esforços, circunscrito junto às preocupações de dar voz aos de “baixo”.³

A instituição escravista na Capitania de Mato Grosso, de maneira geral, quando comparada aos grandes centros urbanos do século XVIII, se tratava de um espaço consideravelmente menor,⁴ abastecido por três rotas comerciais: a rota sul, norte e caminho terrestre. As duas primeiras eram rotas fluviais que partiam, respectivamente, do Rio de Janeiro e Grão-Pará; a terceira da Bahia, por meio do Goiás.

O cativo, como em outras partes do Império lusitano, estava empregado nas atividades produtivas. No caso específico da Capitania de Mato Grosso, na extração de ouro, agricultura de subsistência e afazeres domésticos. Igualmente, como em algures, acabou por empreender resistências individuais e coletivas à mão-de-obra compulsória. Tais movimentos eram perceptíveis especialmente nas fugas e formação de quilombos nos mais diferentes pontos da Capitania.

Com efeito, a seguir inicialmente desvelaremos as singularidades das fugas perpetradas por cativos, desde iniciativas individuais, como organizadas coletivamente – livres ou induzidas. Posteriormente, abordaremos quilombos edificados por cativos fugitivos na segunda metade do século XVIII, com especial ênfase na prática comercial clandestina com luso-brasileiros e as estratégias para resistir às bandeiras movidas contra os mesmos. Transversalmente a estes temas, trataremos de problemáticas referentes às fronteiras, ao diálogo entre as fontes primárias da América portuguesa e espanhola e, principalmente, da permanente disposição de homens e mulheres para manterem e lutarem pela liberdade quando fosse preciso.

Fugas e travessias para o lado espanhol: a busca incessante pela liberdade

A consulta da documentação a respeito da escravidão de negros em Cuiabá e Mato Grosso, ao longo do século XVIII e início do XIX, apresenta a fuga de cativos negros como o principal problema da instituição escravista na região, pois não somente poderia originar quilombos – fontes de transtornos onde quer que estivessem instalados –, mas também desfalcava a mão-de-obra já escassa nas minas e lavouras. Apesar das várias estra-

² A tese que recentemente defendemos, intitulada “Homens de ferro, Mulheres de Pedra”, pode ser inscrita nesses esforços. Acrescentando a História da África e a descrição etnográfica dos povos Parecí de Max Schmidt, nos foi possível vislumbrar por outros ângulos as trocas culturais entre os habitantes do Quilombo Grande (1730-1795), tal como a origem do cultivo do milho e mandioca, legado por mulheres Parecí raptadas. Ver RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “**Homens de Ferro, Mulheres de Pedra**: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Tese de Doutorado. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso.

³ A referida preocupação insere-se no escopo da chamada “História social”, que segundo Hebe Castro, tornou-se ramo específico da historiografia entre as décadas de 1950 a 1960. Para de propor uma releitura de eventos históricos a partir de baixo (“history from below”), a História Social também legou a abordagem de indivíduos comuns como “sujeitos históricos”. Um dos historiadores brasileiros que se beneficiou de tal perspectiva é João José Reis, que aborda cativos enquanto agentes ativos face às estruturas do sistema escravista. Ver CASTRO, Hebe. “História social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

⁴ Com o fim de comparar com o universo escravista de Mato Grosso, ver os dados apresentados por Manolo Florentino e Mary Karash para o Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

tégias adotadas, como a incorporação de indígenas,⁵ a fuga de cativos, em última instância, significava prejuízo financeiro, considerando o elevado preço de cativos no período.⁶

A fuga colocava no horizonte quatro possibilidades: (1) formação de quilombo; (2) busca de incorporação à população indígena; (3) tentar a sorte nos domínios espanhóis; (4) e, por fim, a tentativa de vida nas matas. Nesta seção, especificamente, nos concentraremos na terceira possibilidade, em vista do lugar estratégico em que se posicionaram os povoados de não-indígenas nesta parte da América portuguesa e da fuga de cativos que acabava por articular relações não somente entre as Capitanias da coroa portuguesa, mas também entre as duas coroas ibéricas na América.

De partida, chamamos a atenção para a existência de duas *fronteiras* a serem cruzadas, junto às quatro possibilidades mencionadas acima: a interna e aquela que dividia os domínios portugueses e espanhóis. A primeira, de acordo com Ernesto Cerveira de Sena,⁷ no período, era o termo que se utilizava para demarcar até onde a “civilização” havia chegado. Deve ser compreendida à luz da própria característica de povoamento luso do território, que se dava em “arquipélagos” – entre um núcleo de povoamento e outro, existiam vastas áreas sem a presença lusitana. O território do Mato Grosso é emblemático nesse sentido, notadamente no período imperial: possuía uma vasta extensão territorial de limites a serem definidos e considerável área não-ocupada por cidades, vilas e povoados. A fuga de um cativo, certamente, visava o cruzamento e distanciamento de tal fronteira interna.

A segunda fronteira, a linha limítrofe que dividia os domínios espanhóis e portugueses, conforme vimos anteriormente, passou a ganhar contornos após o tratado de Madri (1755). Todavia, ainda no século XIX, período de formação dos Estados Nacionais, caracterizava-se por uma imensa área de imprecisões. Segundo Sena, apesar do pretendido consenso entre as autoridades nacionais – Brasil e Bolívia – sobre os limites territoriais, a prática de descendentes portugueses e espanhóis transformava a “região” numa imensa área demarcada por justaposição de várias fronteiras, fluidez e não fixação efetiva.⁸ No interior dessa imprecisão, de acordo com os documentos do período, havia índios, ribeirinhos, desertores e, principalmente, cativos evadidos dos domínios luso-brasileiros, sobretudo, no que se refere àqueles refugiados do lado castelhano, que faziam sua própria “fronteira”.

⁵ Historiadores como Jovam Vilela Silva e Otávio Canavarros, tratam da incorporação de indígenas nas atividades produtivas durante o século XVIII. Especialmente Silva, trata da política empreendida pelos governantes da Capitania de Mato Grosso para miscigenação, juntamente com fontes primárias. Ver SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII)**. Cuiabá: EdUFMT, 1995; CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004; é preciso entender tal “incorporação” de tal modo que se considere também a agência indígena, que também negociava o aldeamento ou alianças com as coroas ibéricas na região. Lembramos o caso dos Kayapós, que traficavam entre Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso (seção anterior), ou mesmo o convencimento para que indígenas chiquitanos que haviam migrado dos domínios castelhanos, permanecessem em Vila Maria (Cáceres). De acordo com Seckinger, com as guerras de independência, entraram nos domínios brasileiros, na altura do ano 1835, 603 chiquitanos. Ver SENA, Ernesto Cerveira de. **Representantes de governo, povos indígenas e outros atores na zona fronteira de Bolívia e Brasil – 1825-1879**. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.15, jul/dez 2013a, p. 9.

⁶ Em meados do século XVIII, por exemplo, a provedoria da Capitania de Mato Grosso avaliava que cada cativo custava em torno de 130 a 150 oitavas de ouro, ou seja, de 157\$000 a 225\$000 réis, o que já poderia ser considerado um preço elevado. Ver SILVA, Op. Cit., p. 237.

⁷ SENA, Ernesto Cerveira de. **Fugas e resscravizações em região fronteira – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais**. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 39, n.1, p. 82-89, jan/Jun. 2013b, p. 85.

⁸ Idem Ibidem, p. 86.

Além disso, ao consultarmos a documentação brasileira pertinente à fuga de escravos para os domínios espanhóis, desde o estabelecimento das minas do Cuiabá até as primeiras décadas do século XIX, temos os principais destinos: as missões dos Mojos e Chiquitos, as províncias de Santa Cruz de La Sierra, Assunção, Buenos Aires, Cordoba, Tucumán e, em algumas situações, o Peru. De maneira geral, pelo Vale do Guaporé, cativos se evadiam para Mojos e Santa Cruz de La Sierra, e, pelo Vale do Paraguai, para as demais localidades.

É importante observar que essas rotas passaram a ser utilizadas de acordo com a chegada e expansão do povoamento não-indígena na região, de modo que as fugas que se deram entre os anos de 1718, ano de descoberta das minas no Coxipó-Mirim (afluente do Rio Cuiabá), até finais da década de 1740, passam de maneira geral pelo Vale do Paraguai. A partir de 1748, com a fundação da Capitania do Mato Grosso, as mesmas também passam a se dar pelo vale do Rio Guaporé.

O Regimento criado ainda em 1733, que regulamentava a recompensa que os Capitães do Mato teriam direito ao capturar fugitivos, assim como o próprio proceder, acaba por indicar que essas fugas foram constantes e concomitantes à chegada dos não-indígenas à região. Logo nas primeiras cláusulas, afirmava-se que os “negros fugidos” causavam danos e prejuízos aos povos da Capitania,⁹ que praticavam toda sorte de injúrias, roubos, assassinatos e insultos nas roças, currais e estradas. A recompensa, de modo geral, variava de acordo com a distância em que o cativo fugitivo fosse encontrado. Por exemplo, para aqueles que se encontrassem a uma légua¹⁰ de distância da residência onde servia como escravo, determinava o artigo segundo:

(...) Pelo negro mulato escravo que os cappitanes Mores e sargentos mores, e capitanes das estradas a que chamam do Matto, prenderem nesta cidade ou nos seus arredores distancia de huma legoa desta cidade ou dos bairros e freguesia onde viverem seus senhores, e constando que andam fugidos e fora dos serviços poderam levar cada hum dos dittos officiaes na sobreditta distancia *mil e duzentos reis* por cada fogido que prender attendendo a pobreza dos moradores desta Capitania. Com declaração que cada escravo se fugido, que for apanhado ou preso distancia de huma legoa donde morar o Capitao do Matto, recebrá este os mesmos mil e duzentos reis e taes escravos no limitte de hua legoa os de morarem seus senhores (...) [grifo nosso].¹¹

Em até 3 léguas, o capitão poderia receber 4 mil réis. Para cada légua acima das 3, o Capitão do Mato receberia 10 *tostões*,¹² até completar 1000 réis e deste ponto não poderia passar mais. Ainda estava determinado no Regulamento que a recompensa seria maior

⁹ No caso, de São Paulo ainda, visto que a região estava sob jurisdição da mesma até a fundação da Capitania de Mato Grosso em 1748.

¹⁰ De acordo com Iraci del Nero da Costa, uma légua, no sistema de medição utilizado no período colonial, correspondia a 6.660 metros. Ver COSTA, Iraci del Nero da (compilador). **Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações**. Boletim de História Demográfica. São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994.

¹¹ APMT, Manuscritos, Estante 1, C-02, 1733.

¹² A palavra Tostão se origina do francês teston, e designava uma antiga moeda portuguesa do valor de 100 réis. No Dicionário Aurélio assim está definida: “Moeda brasileira antiga, de níque que valia cem réis”. Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

para a captura de quilombolas, homicidas e acusados de roubo.¹³ Sobre a abordagem junto aos quilombos, é interessante observar a recomendação para um tratamento cauteloso, que denota preocupação com a possível perda da mercadoria:

(...) Outras instruções se recomendam aos ditos Officiaes das estradas mayaores ou menores, que nas investidas dos Quilombos de outras quaes que prizoens de fugidos se *não hajam com tanta crueldade, que passe o excesso* e só em ocasião de Resistencia poderão os dittos capitanes do matto usar de defesa natural porque fazendo o contrário se tomará (sic) desta matéria [grifo nosso].¹⁴

Em outras palavras, só usariam a “defesa natural” em caso de resistência, mas poderiam agir com crueldade, desde que não fosse excessiva e não passasse do excesso. O Regulamento, no entanto, não especificava o caráter e o limite desse “excesso”, o que deixa implícito o conhecimento generalizado acerca dos eventuais abusos em missões do.

A documentação do período analisado demonstra não somente um cruzamento constante das fronteiras com os domínios castelhanos, por livre e espontânea vontade de cativos que buscavam a fuga do sistema escravista, como até mesmo situações em que eram forçados ao cruzamento dos limites fronteiriços ambicionado pelas coroas e depois pelos Estados nacionais.¹⁵ Nesse sentido, chamamos a atenção para uma celeuma entre o português Antonio França Sylva e a Provedoria dos Ausentes, registrada nos arquivos dispostos no Arquivo Histórico Ultramarino, ao longo das décadas de 1750 a 1760.¹⁶ Ela envolveu, ao mesmo tempo, portugueses, espanhóis, instituições e autoridades, circulação em territórios diversos e cativos africanos provenientes de diferentes lugares.

Consta na documentação que Antonio França Sylva, ex-Provedor dos Ausentes, ¹⁷fugiu às escondidas do Cuiabá em 1756, em companhia dos seus escravos. Por dever 20 mil réis à Provedoria dos Ausentes, acusado de beneficiar a si mesmo enquanto ocupava o cargo de Provedor, tivera os seus bens penhorados,¹⁸ incluindo 31 cativos. Embora o caso tivesse se passado em 1756, ele ainda continuaria a ser mencionado em ofícios até 1763 e parecia não ser solucionável, pois Antonio conseguira se evadir aos domínios castelhanos.

O caso, em si, era repleto de fatos notáveis, a começar pela própria população escrava que tecnicamente pertencia a Antonio de França, declarada no ofício que pedia a penhora:

¹³ Fato que aponta a existência de formação de quilombos desde os primórdios do povoamento de não-indígenas na região.

¹⁴ APMT, Manuscritos, Estante 1, C-02, 1733.

¹⁵ Para uma problematização acerca das tentativas de estabelecimento de limites fronteiriços, no período colonial e pós-independência, ver SENA, Op. Cit., 2013b.

¹⁶ O primeiro registro que localizamos foi uma carta encaminhada pelo então Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Dom Rolim de Moura, aos Capitães-generais do Rio de Janeiro e Minas Gerais discorrendo sobre Antonio de França, que era fugitivo e os seus escravos estavam penhorados à Provedoria dos Ausentes. AHU, Mato Grosso, Cx. 11, doc. 658, de 17 de novembro de 1761.

¹⁷ Vale ressaltar que a Provedoria dos Ausentes, que integrava a administração do mundo lusitano, foi uma instituição criada em 1613, cuja função consistia em arrecadar e administrar bens de ausentes ou defuntos que não deixassem procuradores nomeados em seus testamentos, assim como de pessoas coletivas, tais como conventos, capelas, hospitais, entre outros. Ver HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII)**. Coimbra: Almedina, 1994, pp.206-209.

¹⁸ AHU, Mato Grosso, Cx. 11, doc. 709 (rolo 11), de 15 de setembro de 1763.

(...) Francisco de Nação Angola = Sylvestre de nação mina = Manoel de nação mina = André de nação mina = Francisco de nação mina = Amaro de nação Mina = Joaquim de nação Mina = André de nação Mina = Feliz de nação Mina = Thimotio de nação mina = Ponsato de nação Mina = António de nação Angola = João de nação Angola = João de nação Mina = Antonio de nação Benguela = Francisco de nação Mina = Anastacio de nação Mina = Miguel de nação Mina = Domingo de nasçam Mina = Miguel de nascao Mina = `Pedro de nascao Mina = Agostinho de nasção Mina = Paschoal de nascao Mina = Benedito de nação mina = Thimotio de nascao Mina = Joseph de nascao Mina = hThomé de nascao Mina = André de nasção Mina = Apolónia Mulata com duas filhas, huma chamada Rita, e outra chamada Marte (...).¹⁹

Chama a atenção acima não somente a predominância masculina sobre as mulheres – 28 homens para 3 mulheres –, mas também o fato da população masculina de Antonio ser totalmente africana e a única mulher, com as suas duas filhas, serem mulatas, certamente todas nascidas no Brasil. Tudo indica que tais cativos foram trazidos para o trabalho nas minas do Cuiabá, que demandava mais força masculina.

A predominância mina, nesse momento, pode ser tomada como um fator dissonante, em vista do progressivo avanço da presença de cativos congo-angolanos na região durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX, que podemos observar no Gráfico 2.

Precisamente, na década de 1730, observamos a baixa das importações de cativos da Costa da Mina e podemos verificar uma alta nas importações dos portos angolanos, sobretudo de Luanda. A explicação para essa redução drástica do comércio na Costa da Mina acaba por combinar numerosos fatores, a começar pelos constantes conflitos políticos entre os reinos africanos que habitavam ou se relacionavam com a Costa da Mina.²⁰ A estes fatores, deve-se acrescentar a atuação holandesa na região, com saques e apreensões de embarcações, que acabou por contribuir para que se esfriassem as atividades.²¹ Como a Costa da Mina era a principal fornecedora dos traficantes baianos, o fornecimento para região, nesse quadro, ficava comprometido.

Analogamente, na América portuguesa, os traficantes do Rio de Janeiro vivenciavam outra situação, sobretudo após a abertura da “nova rota”, que ligava a região a Minas Gerais entre 10 a 12 dias – fato que diminuía as taxas de mortalidade, fugas, tornava o

¹⁹ AHU, Mato Grosso, Cx. 11, Doc. 660, 1761 (rolo 11).

²⁰ Em primeiro lugar, na década de 1720 a região enfrentava um período turbulento, com disputas políticas entre diversos reinos africanos. Destaca-se nesse contexto a invasão do porto de “Ajudá”, pelo rei do Daomé, Agaja; a intervenção do Reino do Oio, que dominava as rotas de tráfico no interior da Costa da Mina, entre os anos de 1726 a 1730; a tomada do porto de “Jaquim”, pelo rei do Daomé; e, finalmente, a destruição do porto de Jaquim e forte português do Ajudá. Ver FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos no Brasil (séculos XVIII e XIX)**. Afro-Ásia, 31 (2004), p. 86; Sobre conflitos na África Ocidental e o impacto no fluxo comercial de escravos para o Novo Mundo, ver também Alexandre V. Ribeiro, “O tráfico atlântico entre a Bahia e a Costa da Mina: flutuações e conjunturas (1683-1815)”, Estudos de História, vol. 9, nº 2 (2002).

²¹ Se antes o tempo de viagem para Costa da Mina poderia equivaler a 6 meses, na década de 1730, chegaria até a 18 meses. Ver FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, Op. Cit. p.86.

negócio mais lucrativo e abria vantagem sobre comerciantes de Salvador.²² Devemos observar que o aumento das taxas de importação de escravos no Rio de Janeiro e crescente alta de exportações dos portos nos Reinos de Angola e Benguela acabam por coincidir no período. Portanto, uma vez que o Rio de Janeiro foi o principal fornecedor de cativos, a despeito das outras rotas que levaram escravos para as Minas do Cuiabá e Mato Grosso,²³ podemos sustentar a dissonância da superioridade de africanos mina junto a Antonio de França em meados do século XVIII.

Em todo caso, logo ao sair do Cuiabá, Antonio de França seria surpreendido por um fator inesperado: dentro da própria fuga que já perpetrava, 7 entre os seus 31 escravos também conseguiram fugir – todos da nação mina – e retornaram à vila. O sertanejo então prosseguiu sua partida e, pelo que nos informa a documentação, Antonio de França pretendia encontrar-se com o espanhol D. Francisco França Sanches, que o esperava em um sítio chamado Corumbati. Em função das inundações dos rios, atracou no Porto de Ararituaba (Capitania de São Paulo). Na sequência, encontrou uma nova maneira de chegar ao sítio inicialmente combinado; onde conseguiu finalmente efetuar a venda de 21 escravos para o português Francisco Jubas Americano, que, posteriormente, deveria encaminhá-los para o espanhol D. Francisco.²⁴

Com o negócio concluído, Antonio, juntamente com o espanhol D. Francisco, uma moça com quem se casara e alguns escravos, decidiram rumar em 1760 para os domínios castelhanos; acabaram detidos pelas patrulhas de cavalaria militar da fronteira, junto ao Rio Paraguai, e levados aprisionados. Esperava-se, consta o ofício, que lá fosse comprovado o “contrabando” em que estivera envolvido o espanhol D. Francisco, o que aparentemente não foi, em vista das reclamações de 1763 em que a Provedoria dos Ausentes ainda reclamava o prejuízo e prisão de Antonio de França. Quanto ao destino dos demais, de Antonio de França e dos seus cativos, só é informado o paradeiro da mulata Rita, filha de Apolônia, levada para *Córdova*, nos domínios castelhanos.²⁵

O caso tem potencial para uma análise em várias dimensões, mas aqui destacamos a presença do espanhol em território brasileiro, que denota uma movimentação castelhana ilegal em “território português”, para transferência de mão-de-obra para o outro lado da fronteira. Tal fato, se compreendido com a comercialização de cativos entre indígenas

²² De acordo com Florentino, Ribeiro e Silva (2004), até as primeiras décadas do século XVIII, os comerciantes escravistas eram os principais fornecedores de escravos para Minas Gerais. Com a abertura do novo caminho, e dificuldades de abastecimento na Costa da Mina, tal função passou a ser suprida por traficantes do Rio de Janeiro. Vale salientar que a rota que ligava a Bahia a Minas Gerais era de 1.200 quilômetros, ao passo que a nova rota, do Rio de Janeiro as Minas Gerais, percorria apenas 480 quilômetros. Idem *Ibidem*, p. 87.

²³ Florentino, Silva e Ribeiro (2004) salientam que apesar do declínio do comércio escravista em Salvador, os navios ainda continuaram a aportar na cidade e esta acabou por assumir a função de abastecimento de escravos no interior do Brasil, do fim do século XVIII e início do XIX, o que incluía as vilas de Goiás e Mato Grosso. Idem *Ibidem*, p.91; ver também KARASCH, Mary. “Central Africans in Central Brazil.” In: *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, ed. Linda M. Heywood (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), 117-151. No caso de Mato Grosso, novamente frisamos que apesar de entrarem cativos no último quartel do século XVIII via-Goiás, como observamos no capítulo anterior, ou pela via-rotas do norte, junto a Companhia do Grão-Para e Maranhão, o Rio de Janeiro durante o século XVIII inteiro predominou no fornecimento de cativos as minas de Cuiabá e Mato Grosso.

²⁴ O documento não especifica detalhes desse trâmite, mas aparentemente a estratégia de vender primeiro ao português, para depois o português repassar ao espanhol poderia ser uma estratégia para burlar a fiscalização. AHU, Mato Grosso, Cx. 11, Doc. 660, 1761 (rolô 11).

²⁵ Córdova está atualmente localizada no território que conhecemos por Argentina. A partir de 1776 passa a compor o Vice-Reinado do Prata, se tratando de uma das maiores cidades da América Espanhola.

Payaguás e Assuncenhos, mencionada na seção anterior, nos leva a crer que no período que ora analisamos também existia demanda de mão-de-obra cativa do outro lado da fronteira. Ou seja, o cativo africano que poderia ser transportado por meses, desde a sua terra natal, provavelmente no *hinterland* das cidades costeiras,²⁶ para chegar ao Novo Mundo, e, após vendido, enfrentava uma nova viagem que tomava novos meses, poderia ainda ser submetido a novos trajetos a oeste da América, se envolvidos em operações como a de Antonio de França.

O trânsito forçado de cativos do território português também foi registrado por autoridades dos domínios espanhóis. No conjunto de documentos referentes ao período colonial, dispostos no Arquivo da Biblioteca Nacional da Bolívia (ABNB), em Sucre, entre os vários fatos relacionados à entrada de escravos fugidos nos domínios castelhanos, localizamos a história do pardo Juan da Silva Nogueira, no ano de 1796, que se decidiu fugir com os seus escravos para o lado castelhano. Juan foi preso e durante o seu interrogatório foi obrigado a fornecer numerosas informações, acerca da sua naturalidade, razões da fuga, religião que professava, entre outras. Assim, relatou ser natural do Cuiabá, viver em Casalvasco,²⁷ casado e com 3 filhos, onde teria uma casa com outras comodidades. Juan era ex-soldado e se encontrava endividado (cerca de 500 pesos), razão pela qual fora ordenado o confisco dos seus bens, incluindo escravos. Como sua esposa não poderia se ausentar, pois estava a cuidar da própria mãe, decidiu partir sem ela e os seus filhos. Sobre a população escrava, ao depor às autoridades castelhanas, afirmava:

Os escravos que igualmente se vieram são de África, homens, assim mesmo duas menores da mesma nação, casadas com estes, e todos quatro e mais de cinquenta anos de idade, uma mulatinha de vinte um a vinte e dois anos, casada, mas seu marido se ficou em Casalvasco. Estas cinco peças disseram que eram escravos legítimos [...].²⁸

Nos documentos que se seguem ao depoimento de Juan, encontramos outra versão para a fuga do ex-soldado e, principalmente, dados sobre os africanos que estavam consigo. Na carta escrita por Ricardo Franco de Almeida, Tenente-Coronel de Vila Bela, às autoridades castelhanas, nos é apresentado *outro* Juan. De acordo com o Tenente-Coronel, o ex-soldado era um desertor e, antes de se evadir de Casalvasco, havia roubado dois cavalos e uma besta da “Real Fazenda”, deixando “desamparada” a sua esposa e filhos. No seu encalço, seguiu uma escolta que não obteve sucesso na sua captura; apenas a testemunha de um indígena que se encontrava na “Estância de Miguel”, local em que atravessou ao domínio espanhol, afirmou ter visto Juan e os escravos. Segundo o informante, antes de atravessarem, Juan permitiu que todos descassem um pouco para a jornada. Ricardo

²⁶ Hinterland trata-se de área interiorana. Acerca da trajetória do africano escravizado, vale frisar que geralmente o cativo que era embarcado do litoral africano provinha de regiões ao interior do porto e às vezes levava meses para ser transportado para a cidade costeira.

²⁷ Casalvasco se tratava de um presídio fundado em 1782 durante o governo de Luiz de Albuquerque, em área próxima a Vila Bela.

²⁸ ABNB, 1796, MyCh GRM vol.8-323, 324, 324v. Monique Lordelo também localizou o caso de Juan e mencionou o caso na sua dissertação, enfatizando a primeira parte do inquérito, referente ao depoimento do ex-soldado. O presente trecho originalmente está escrito em espanhol e a tradução que transcrevemos foi realizada por Lordelo. Ver LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos Negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)**. Universidade Federal de Mato Grosso – Programa de Pós-Graduação em História, 2010 (dissertação), p. 110.

Franco de Almeida exigia imediata restituição de Juan e escravos, em concordância com tratados firmados pelas coroas ibéricas, para que procedesse a punição do desertor.²⁹

Quanto ao perfil dos escravos africanos que atravessaram juntamente com Juan a fronteira, o Tenente-Coronel detalhava: chamavam-se Sebastian Cabinda, Anna Benguela, Antonio Paratu e Maria, todos casados, sendo o primeiro proveniente do reino de Angola e os três últimos, de Benguela. Além deles, havia uma mulata livre chamada “Sebastiana”, que, de acordo com Ricardo Franco, fora raptada “violentamente” e contra a vontade do marido, que depois se evadiu aos domínios castelhanos em busca da sua esposa, segundo o Tenente-Coronel.

Apesar de não estarem disponíveis as informações que revelam o final da história de Juan e os cativos que o acompanhavam, ao que consta nas últimas folhas do processo, aparentemente as autoridades espanholas cederam ao pedido de prisão e “restituição” reclamada. Em todo caso, no que diz respeito aos cativos, vale destacar que todos se encontravam casados naquela altura e com cativas da mesma nação (com exceção da mulata Sebastiana); fato que revelava uma preferência endogâmica, tal como Crivelente já observara nas uniões conjugais de Serra Acima (atual Chapada dos Guimarães) entre o final do século XVIII e primeiras décadas do XIX – entre 1798 a 1830, a autora identificou a realização de 108 casamentos entre africanos, dos quais 30% entre africanos identificados como parte da mesma nação (Benguela, Minas, Congos, Nagô, entre outros), com destaque aos Benguela (correspondiam a 39, 5%).³⁰

Portanto, se é verdade que os domínios espanhóis pudessem representar uma terra de liberdade para escravos que se encontravam na América portuguesa e, por isso, poderiam movimentar todos os esforços possíveis para cruzar a fronteira, também é verdade que esse trânsito entre fronteiras não fora totalmente voluntário, uma vez que cativos poderiam ser comercializados por indígenas, portugueses acusados de crimes (como Antonio de França) ou até trocados, como vimos acima.³¹

Ademais, vale salientar também a alta frequência de fugas aos domínios espanhóis contra a vontade de luso-brasileiros. A documentação primária registra numerosas situações em que autoridades da Capitania de Mato Grosso requeriam a devolução de cativos evadidos para América espanhola, assim como constam no acervo do AHU/seção Mato Grosso e Anais de Vila Bela, planilhas de fugas, registros de negociações entre autoridades ibéricas e devoluções.³²

²⁹ Assim escrevia o Tenente-Coronel às autoridades castelhanas: “No es oculto a La iluminada penetracion conocimientos, y notira providad de V.S. ilustrissimo que todo El Militar, que larga El puesto de que se halla encarregado para desertar a Dominio Estrangero, duplica em esta dos acciones, para crimen desertor, y que quand acumula a este miesmo crimen para de ladron, no solo es indigno de amparo, mas debe ser luego restituído, sin que La inmunidad de hllarse em l fierza de S. Magestad Catolica, Le havia de mas protecçión, que El de no padecer castigo violento (...)” ABNB, MyCh GRM vol.8-323, Op. Cit.

³⁰ CRIVELENTE, Maria Amélia Assis Alves. **Casamentos de escravos africanos em Mato Grosso**: um estudo sobre Chapada dos Guimarães (1798-1830). Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso – Programa de Pós-Graduação em História, 2001 (dissertação).

³¹ Sobre o caso de Juan, precisamos também considerar que os cativos que o acompanhavam, assim o fizeram, por consentirem com a sua decisão. Mesmo armado, como conseguiria controlar 5 escravos ao longo de uma fuga que se dava no meio da floresta e incorporava trechos fluviais?

³² Especialmente no capítulo 4 da nossa tese, tecemos reflexões sobre a incidência de fugas e as fontes documentais. RODRIGUES, Op. Cit., pp. 193-251.

Entre as cidades espanholas do período colonial que mais receberam cativos evadidos do Mato Grosso e Cuiabá, destaca-se Santa Cruz de la Sierra. Um fato digno de nota é a conspiração planejada por cativos, negros fugidos de Mato Grosso-Cuiabá e indígenas em agosto de 1809. O processo que detalha a mesma encontra-se no acervo do ABNB (Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia), formado por detalhadas informações e interrogatórios.³³

A conspiração, em si, foi arquitetada nas vésperas da eclosão das guerras de independência que tomariam conta da América espanhola. De acordo com os autos, os referidos personagens teriam se aliado em função da “alforria” não cumprida para os escravos de Santa Cruz e da cobrança de impostos obrigatória aos indígenas na região. O grupo planejava tomar a cidade durante as festividades de Nossa Senhora de Assunção, ocupando pontos estratégicos e assassinando as autoridades políticas e religiosas. Devido a uma delação, o plano fracassou.³⁴

Em que pesem os fatos notáveis da conspiração – como a aliança firmada entre cativos e negros fugidos com indígenas, ou a atenção à instabilidade política da América espanhola³⁵ –, chama a atenção nesse evento a presença de negros que haviam fugido da América portuguesa e que mesmo em condição livre em Santa Cruz, optaram por participar do levante, certamente porque constantemente as suas prisões e devoluções a Mato Grosso eram requeridas.

Os quilombos da Capitania do Mato Grosso

A formação de quilombos comumente era a possibilidade da qual se valeram aqueles que não atravessaram a fronteira entre as coroas ibéricas. Na documentação primária reservada à Capitania de Mato Grosso, existem menções a tais espaços desde os primórdios do estabelecimento de povoados não-ameríndios no oeste da América portuguesa. Monique Lordelo, por exemplo, ao investigar correspondências trocadas entre autoridades Capitania de Mato Grosso para segunda metade do século XVIII identificou os seguintes dados: entre as repartições do Mato Grosso, Cuiabá e Mojos (América Espanhola), notícias de 20 quilombos de variadas proporções. Destacaram-se os quilombos do Sepotuba (1769), do Porrudos (1769), Baures (1778), Piolho (1795), Pindaituba (1795) e principalmente o Quariterê, também conhecido como “Quilombo Grande” (1770).³⁶

Se quatro deles recebem tal denominação pela proximidade com rios (Porrudos, Pindaituba, Sepotuba e Baures), esse não parece ser o caso do Piolho. O quilombo abatido em 1795, formado por remanescentes de quilombolas do Quilombo Grande de 1770, mulheres indígenas e caburés, poderia assim ser denominado em homenagem a José Piolho,

³³ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), EC1809-8, “Sobre los sucesos de Santa Cruz”, 1809.

³⁴ No sexto capítulo da tese “Homens de Ferro, Mulheres de Pedras”, analisamos as fontes disponíveis acerca do referido episódio e dos seus respectivos desdobramentos. Ver RODRIGUES, Op. Cit., pp. 313-350.

³⁵ Cabe lembrar que a América espanhola encontrava-se em grave crise política após as invasões napoleônicas na Espanha. Sobre o assunto, ver SOUX, Maria Luisa. “El tema de la soberanía en el discurso de los movimientos justistas de La Plata y La Paz en 1809”. In: Revista Número 22-23, Agosto de 2009 (Universidad Católica Boliviana). Disponível em <<http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/rcc/n22-23/v10n23a01.pdf>>. Acessado no dia 5 de janeiro de 2015

³⁶ Sobre a citada pesquisa, ver LORDELO, Op. Cit., pp. 81-82.

a quem se atribuía a primeira chefia do já extinto Quariterê;³⁷ ou, ao maior conselheiro de Teresa de Benguela, descrito nos Anais de Vila Bela como maior autoridade entre os parlamentares que assistiam a rainha, escravo de Antônio Pacheco de Moraes.³⁸ A despeito da referência, o quilombola aparentemente emprestou nome ao quilombo e, subsequentemente, à própria designação do rio.³⁹

De maneira geral, os locais escolhidos para formação do quilombo se apresentavam como abundantes para caça e pesca, propícios para prática de agricultura e, no caso do Mato Grosso ou Cuiabá, para extração de ouro ou diamantes. É o que podemos observar em documento de 1779, em que é expedida a ordem de examinar, prender e destruir negros que se achassem aquilombados em terras minerais na bacia do Paraguai. Releva-se ainda a prisão de 4 cativos – João Mina, Caetano Mina, Miguel Mina e Mariana –, que estavam em posse de certa quantia de ouro.⁴⁰ Com os mesmos, foram também apreendidos armas de fogo, machados, foices velhas, alavancas e panos de algodão.

Correspondências trocadas entre autoridades durante a segunda metade do século XVIII, que expressavam preocupação em manter o monopólio da exploração mineira, também manifestavam incômodo com a atuação de quilombolas. Em 1781, por exemplo, o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo, em carta ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, solicitou mais guarda e punição aos quilombolas em região de exploração mineira:

(...) se forneça com mais força a guarda do diamantino ribeirão Paraguai, (...) e também é importantíssima procedência que Vossa Excelência fez aplicar sem perdas de tempo para dissipar, queimar e destruir inteiramente aquele quilombo de fugidos que se achavam extraindo ouro e diamantes no proibido ribeirão de Santa Ana o que tudo se executou à risca.⁴¹

Em 1784, o mesmo mestre de campo voltaria a se referir à atuação dos quilombolas na região, afirmando que o quilombo seria grande e com ranchos espalhados por toda região.⁴² Tais casos, em última instância, sugerem contatos diretos de quilombolas com comerciantes locais, não somente porque deveriam comercializar clandestinamente o que extraíam das atividades mineradoras, mas também pelo fato de estarem em posse de instrumentos e até armas de fogo, como o caso relatado de 1779.

Contatos de quilombolas com habitantes de povoados locais também são referenciados na bandeira que derrubou os quilombos que se localizavam próximos ao rio

³⁷ Ver SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3ª ed. Cuiabá: Editora Guaicurus, 1990. pp.134-135.

³⁸ Ver AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006, p.140.

³⁹ Posteriormente o rio aparecerá referenciado como rio São João. Acerca do quilombo do Sepotuba, vale salientar que nos Anais de Vila Bela o mesmo aparecerá referenciado como próximo a um sítio chamado “Sepotuba”, na repartição de Mato Grosso. O mesmo foi destruído pelo sargento-mor Bento Dias Botelho, a pedido do Capitão General Luís Pinto. Ver Idem Ibidem, p. 131.

⁴⁰ No documento consta que guardavam consigo 20 oitavas e 3 quartos de ouro em pó, além de duas pedras de diamante. Ver APMT, QM, TM, RO 0998, Cx.15; LORDELO, Op. Cit.

⁴¹ APMT, QM, TM, CA.1053, Cx. 16. LORDELO, Ibidem., p. 76.

⁴² O mestre de campo alega que a localização espalhada era estratégia para rápida evacuação, caso fossem atacados por forças externas. Ver APMT, QM, TM, CA.1231, Cx. 19.

Pindaituba, em 1795. Segundo o relato da diligência que devassou os arranchamentos liderados por Antonio Brandão e Joaquim Felix, os quilombolas se dirigiam aos povoados para convidar novos cativos à fuga e também para comprarem mantimentos.⁴³

Luiza Volpato, ao discorrer sobre quilombos na Capitania e Províncias de Mato Grosso, entre os séculos XVIII e XIX, igualmente constata a grande importância dos contatos para além dos domínios dos territórios quilombolas:

(...) a sobrevivência de um quilombo dependia, em grande parte, da habilidade de seus habitantes em estabelecer teia de relacionamentos que permitisse, além do fornecimento de alguns produtos específicos, informações sobre as ações dos seus perseguidores.⁴⁴

No caso dos quilombos do Pindaituba, é importante lembrar que antes de serem abatidos pela bandeira de 1795, de acordo com o diário da Diligência escrito por Francisco Pedro de Mello, receberam a notícia da chegada da bandeira, que os obrigou a evacuar o arranchamento e montar outro a distância de 6 léguas, junto ao córrego do rio Mutuca. E, posteriormente, já em novo solo, recebem a notícia da continuidade da bandeira e assim desfizeram novamente o quilombo e seguiram para novo sítio.⁴⁵

Os quilombolas que habitavam as matas nos entornos das minas do Mato Grosso e Cuiabá se viam diante de uma dupla situação: se, por um lado, existia a necessidade de se manter afastados ao máximo que pudessem dos povoados escravistas para se preservar a liberdade, por outro lado, também necessitavam de ferramentas, sementes para o cultivo agrícola e outros produtos de indispensável sobrevivência. Assim, o contato com núcleos de povoamento luso-brasileiros se dava majoritariamente de duas maneiras: ou via comércio clandestino ou por meio de ataques a sítios e fazendas.⁴⁶ Em outras palavras, se os documentos referentes aos quilombos na região, ao longo do século XVIII, nos apresentam tais lugares como a “antítese de tudo que a escravidão representava”, como diria Richard Price, por outro lado, também é verdade que não estavam isolados e que, por uma questão pragmática de sobrevivência, estavam em contato permanente com núcleos luso-brasileiros e até mesmo indígenas.⁴⁷

No que tange aos contatos com luso-brasileiros, constituíam, em última instância, uma delicada relação: ao mesmo tempo em que se exigia a urgência de recapturar e des-

⁴³ MELLO, Francisco Pedro. Diário de Diligência [1795]. In: ROQUETTE-PINTO. **Rondônia**. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Volume XX). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 16.

⁴⁴ VOLPATO, Luiza. **Quilombos em Mato Grosso**: Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 227.

⁴⁵ ROQUETTE-PINTO, Op. Cit., p. 17.

⁴⁶ SILVA, Op. Cit., p. 244; Segundo Flávio dos Santos Gomes, quilombolas na América portuguesa-Brasil, se viam constantemente diante de uma situação paradoxal, uma vez que tentavam manter a autonomia ao mesmo tempo em que buscavam conduzir suas relações com a sociedade externa. Em palavras do autor: “(...) Tentavam manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo agenciavam estratégias – permeadas de contradição e conflitos – de resistência junto a piratas, indígenas, comerciantes, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e especialmente junto àqueles que permaneciam escravos.” GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII- XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 25.

⁴⁷ PRICE, Richard. “Palmares como poderia ter sido”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

truir quilombos, porque representavam evasão de capital e enfraquecimento da produção (sobretudo nas lavras), o fato de existirem também estimulava novas fugas e atestava a impotência do governo local em garantir a segurança e manutenção da propriedade privada. É preciso lembrar que a bandeira de 1795, ao retornar vitoriosa após ter abatido quilombos e aprisionado cativos fugitivos, acabou por levantar os ânimos da população local, fustigada pelas dificuldades e custos de ações militares na fronteira.⁴⁸

Ademais, a formação de quilombos no Mato Grosso e Cuiabá, assim como no restante do território luso-brasileiro, foi um fator presente e recorrente. Causador de prejuízos de ordem financeira, o quilombo desafiava a ordem escravocrata. Era uma verdadeira *hidra*, que formava em torno de si um *pântano*, conectado de diferentes maneiras com as sociedades externas ao mesmo.⁴⁹ A sua existência, em outras palavras, não se tratava de um mero apartar-se ou distanciar-se, pois, como vimos acima, seria preciso tecer relações e contatos que ultrapassavam as suas territorialidades; relações expressas nas trocas comerciais, presença de informantes e na convivência com negros livres e indígenas.⁵⁰

O trabalho com a agência de homens e mulheres que foram escravizados e trazidos para o oeste da América portuguesa, ainda requer grande caminhada. Felizmente, com o uso simultâneo de fontes dispostas em diferentes acervos do mundo ibérico, tem sido possível tecer novos aspectos da trama vivenciada pela busca e efetivação da liberdade. Outrossim, para além da busca pelo diálogo entre tais fontes, acreditamos ser de grande importância a abordagem qualitativa dos indivíduos encontrados, a fim de desvelar a face dolorosamente humana dos eventos encontrados, e fazer aceder ao lugar da enunciação e campo da história aqueles que um dia foram silenciados ou ofuscados.

Referências

Fontes primárias

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), 1796, MyCh GRM vol.8-323, 324, 324v.

⁴⁸ VOLPATO afirma que o retorno triunfante da bandeira de 1795 significava, além da elevação do ânimo da população local, uma vitória do Capitão-General perante autoridades locais. Ver VOLPATO, Op. Cit., p. 225.

⁴⁹ Flávio dos Santos Gomes, concebe o quilombo e suas constantes reformações tal como o monstro mitológico “Hidra”, que a cada cabeça decepada, lhe nasciam duas. O autor também entende que em função das teias de relações construídas por habitantes dos quilombos, que envolviam clandestinamente até cidadãos do mundo luso-brasileiro, formava-se um “pântano” em torno dos agrupamentos que tornava difícil a sua eliminação por completo. Ver GOMES, Op. Cit.

⁵⁰ A convivência entre negros e indígenas é perceptível, por exemplo, no interior do Quilombo Grande. Nas duas campanhas que foram movidas contra o quilombo (1770 e 1795), foram capturados numerosos indígenas e, especialmente na segunda, “caburés” – filhos de negros com indígenas. Sobre o tema, ver o capítulo 5 da tese da nossa tese: RODRIGUES, B. P., Op. Cit., pp.261-311.

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), EC1809-8, “Sobre los sucesos de Santa Cruz”, 1809.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), Manuscritos, Estante 1, C-02, 1733.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Mato Grosso, Cx. 11, Doc. 660, 1761 (rolo 11).

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Mato Grosso, Cx. 11, doc. 658, de 17 de novembro de 1761.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Mato Grosso, Cx. 11, doc. 709 (rolo 11), de 15 de setembro de 1763.

Livros, artigos, teses e dissertações

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CASTRO, Hebe. “História social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Iraci del Nero da (compilador). **Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações**. Boletim de História Demográfica. São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994.

CRIVELANTE, Maria Amélia Assis Alves. **Casamentos de escravos africanos em Mato Grosso: um estudo sobre Chapada dos Guimarães (1798-1830)**. Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso – Programa de Pós-Graduação em História, 2001 (dissertação).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos no Brasil (séculos XVIII e XIX)**. Afro-Ásia, 31

(2004).

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII- XIX)**. São Paulo: Ed.UNESP; Ed. Polis, 2005.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII)**. Coimbra: Almedina, 1994.

KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Central Africans in Central Brazil.” In: HEYWOOD, Linda (Org.). **Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora**, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos Negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)**. Universidade Federal de Mato Grosso – Programa de Pós-Graduação em História, 2010 (dissertação).

MELLO, Francisco Pedro. Diário de Diligência [1795]. In: ROQUETTE-PINTO. **Rondônia**. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Volume XX). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

PRICE, Richard. “Palmares como poderia ter sido”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Alexandre V. “**O tráfico atlântico entre a Bahia e a Costa da Mina: flutuações e conjunturas (1683-1815)**”, Estudos de História, vol. 9, nº 2 (2002).

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “**Homens de Ferro, Mulheres de Pedra: resistências e adaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)**”. Tese de Doutorado. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Representantes de governo, povos indígenas e outros atores na zona fronteiriça de Bolívia e Brasil – 1825-1879**. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.15, jul/dez 2013a.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais**. In: Estudos Ibero-Americanos, PU-CRS, v. 39, n.1, p. 82-89, jan/Jun. 2013b.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII)**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3ª ed. Cuiabá: Editora Guaicurus, 1990.

SOUX, Maria Luisa. “**El tema de la soberanía en el discurso de los movimientos junistas de La Plata y La Paz en 1809**”. In: Revista Número 22-23, Agosto de 2009 (Universidad Católica Boliviana). Disponível em <<http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/rcc/n22-23/v10n23a01.pdf>>. Acessado no dia 5 de janeiro de 2015.